

A. I. N. - 206894.0117/05-3
AUTUADO - OMEGA PAPELARIA LTDA.
AUTUANTE - LÍDIO DE SOUZA TELES
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET - 09.03.2006

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0057-01/06

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. CONTRIBUINTE COM INSCRIÇÃO CADASTRAL INAPTA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. No caso de mercadoria procedente de outro Estado com destino a contribuinte com inscrição inapta, à época do fato gerador, deveria ser dado o mesmo tratamento que se dispensava na hipótese de mercadoria destinada a contribuinte não inscrito: pagamento espontâneo do tributo no posto fiscal de fronteira. No entanto, como não houve o pagamento espontâneo do tributo, o imposto em questão foi corretamente exigido através do lançamento de ofício. Redução do débito exigido, por ser incabível a agregação de MVA na base de cálculo relativa às aquisições de mercadorias destinadas ao uso/consumo ou ativo permanente do estabelecimento. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 24/10/2005, exige do autuado ICMS no valor de R\$1.489,76, acrescido da multa de 60%, em decorrência de falta de recolhimento do ICMS na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedente de outra unidade da Federação, por contribuinte com a inscrição estadual inapta.

O autuado apresenta peça impugnatória (fls.31/35), na qual afirma que as mercadorias ditas adquiridas para comercialização, são estantes de aço adquiridas para incorporação ao ativo fixo do estabelecimento.

Esclarece que exerce a atividade de comércio varejista de artigos de papelaria, não integrando o rol das mercadorias que comercializa as estantes de aço objeto da autuação.

Prossegue, afirmando que por se tratar de mercadorias para o ativo fixo, estaria sujeita ao pagamento da diferença de alíquotas nos termos do artigo 5º, inciso I, do RICMS/97.

Acrescenta que, a teor do artigo 124, inciso I, “c” o prazo para recolhimento do imposto devido vence em 09/12/2005.

Relativamente à inscrição estadual, admite que se encontrava inapta à época da ação fiscal que originou o Auto de Infração, porém, afirma que iniciou o processo de regularização da inscrição junto a SEFAZ em 26/09/2005 e que em decorrência de problemas nos sistemas desta entidade a regularização somente se processou em 07/11/2005.

Afirma que envidou esforços no sentido da regularização, tendo registrado a ocorrência nº. 6364 ao Plantão da SEFAZ, que informava a pendência da geração de um requerimento interno, ou seja, problemas de ordem operacional nos sistemas da SEFAZ.

Sustenta ser incoerente a penalização de um contribuinte que se encontrava em processo de regularização da sua inscrição, quando a entidade competente leva 42 dias para proceder a ativação.

Finaliza, requerendo que diante das razões apresentadas que o Auto de Infração seja julgado improcedente.

Na informação fiscal apresentada (fls. 58/60) o autuante esclarece que a lavratura do Auto de Infração ocorreu em 24/10/2005, quando o contribuinte se encontrava na situação de INAPTO.

Abordando as razões do autuado, afirma ser devida a cobrança apenas da diferença de alíquotas e o valor a recolher seria então o constante de fl. 61 (Memorial de Cálculos), deste PAF, ou seja, a base de cálculo seria constituída apenas do valor da mercadoria constante na Nota Fiscal sem a agregação da MVA de 20%.

Prossegue, dizendo que se o contribuinte não deu causa ao cancelamento de sua inscrição, seus direitos devem ser restabelecidos desde o ingresso de seu pedido de reinclusão de inscrição, sendo a presente autuação indevida, caso contrário, se o contribuinte deu causa ao cancelamento e foi reincluído após haver satisfeito a condição imposta pela SEFAZ, mesmo que para tal tenha decorrido o prazo alegado, a ação fiscal é devida, sendo neste caso, aplicada a disposição do artigo 125, II, “a” do RICMS/97, que transcreve.

Intimado o autuado para tomar conhecimento da redução do débito este silencia.

VOTO

Cuida o presente Auto de Infração de exigência de ICMS, em decorrência da falta de recolhimento na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, por contribuinte com a inscrição estadual inapta.

Verifico que o autuado na peça defensiva afirma que as mercadorias são estantes de aço adquiridas para incorporação ao ativo fixo do estabelecimento, não integrando o rol das mercadorias que comercializa, no caso, artigos de papelaria.

Observo, ainda, que relativamente à inscrição estadual, o autuado admite que estava na condição de inapto à época da ação fiscal que originou o Auto de Infração, afirmando, porém, que iniciou o processo de regularização da inscrição junto a SEFAZ em 26/09/2005 e que em decorrência de problemas nos sistemas desta entidade a regularização somente se processou em 07/11/2005, sendo incoerente apenas o contribuinte que se encontrava em processo de regularização da sua inscrição estadual, quando a entidade competente leva 42 dias para proceder a ativação.

Por outro lado, verifico que o autuante esclarece que a lavratura do Auto de Infração ocorreu em 24/10/2005, quando o contribuinte se encontrava na situação de INAPTO, admitindo não ser cabível a agregação da MVA de 20%, sendo a base de cálculo o valor da mercadoria constante na nota fiscal. Diz ainda o autuante que se o contribuinte não deu causa ao cancelamento de sua inscrição, a autuação é indevida, caso contrário, se deu causa ao cancelamento e foi reincluído após haver satisfeito a condição imposta pela SEFAZ, mesmo que para tal tenha decorrido o prazo alegado, a ação fiscal é devida.

Após análise das peças processuais, das razões do autuante e do autuado, entendo que a autuação é subsistente parcialmente, considerando que o autuado teve a sua inscrição cancelada desde 03/06/2003, conforme Edital nº 12/2003, em razão de não ter sido localizado no endereço constante no CAD.ICMS, ou seja, Rua Rodrigues Alves, 21 – Comércio – Salvador – Bahia, com fulcro no artigo 171, inciso I, do RICMS/97, que dispõe “in verbis”:

“Art. 171. Dar-se-á o cancelamento da inscrição, por iniciativa da repartição fazendária:

I - quando ficar comprovado, através de diligência fiscal, que o contribuinte não exerce atividade no endereço indicado”;

Vale registrar que o autuado ao pedir a reativação de sua inscrição, indicou como endereço a Avenida Santos Dumont, km 2,5, Shopping Feira, Lojas 3 e 4, Município de Lauro de Freitas, Quadra M2, e não o endereço anterior que constava no cadastro, cuja inscrição fora cancelada pelas razões acima expostas.

Assim, apesar de o contribuinte ter solicitado a reativação da inscrição em data anterior à autuação que ocorreu em 24/10/2005, verifica-se que este deu causa ao cancelamento e nessas condições, somente poderia realizar as suas operações a partir da data do deferimento do pedido de reativação, ou seja, em 07/11/2005.

Diante do exposto, considerando que o autuado adquiriu as mercadorias objeto da autuação (estantes) para o seu ativo permanente, descabe a aplicação da MVA, passando o ICMS exigido de R\$1.489,76, para R\$1.063,65, sendo este o motivo da subsistência parcial da autuação.

Voto pela procedência em parte do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206894.0117/05-3** lavrado contra **OMEGA PAPELARIA LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de R\$1.063,65, acrescido da multa de 60%, prevista no artigo 42, inciso II, alínea “d” da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 06 de março de 2006.

CLARICE ANIZIA MÁXIMO MOREIRA- PRESIDENTE

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS - RELATOR

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA - JULGADOR